

**EDcl na RECLAMAÇÃO Nº 39.453 - RS (2019/0365356-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE** : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**EMBARGADO** : **NELCI PINTO TRINDADE**  
**ADVOGADOS** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MANUELA BALSINI PEIXOTO - RS060557**  
**RECLAMADO** : **TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL contra decisão de minha lavra (e-STJ fls. 77/79), em que não conheci da presente reclamação e determinei a sua remessa ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Sustenta o embargante que o *decisum* revela-se contraditório, "na medida em que utilizou como razão de decidir o fundamento de que a reclamação carece dos pressupostos de cabimento, o que acarretaria, de pronto, na sua rejeição liminar e não a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, para análise do pedido" (e-STJ fl. 87).

Defende que o art. 988, parágrafo 5º, II, CPC/2015 considera inadmissível a reclamação quando não esgotadas as instâncias ordinárias e, tendo a decisão embargada utilizado o aludido diploma legal e a Resolução 3/2016 do STJ como fundamento, a conclusão deveria ter sido o indeferimento liminar da reclamação, e não de baixa à origem para apreciação do pedido.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.

*In casu*, não ocorreu nenhuma dessas situações.

A decisão embargada se reportou ao arts 105, I, "f", da CF, c/c os art. 988 do CPC/2015, e ao art. 187 do RISTJ, somente para explicitar as hipótese de cabimento da reclamação dirigida ao Superior Tribunal de Justiça.

Quanto ao disposto no inciso II do § 5º do já referido art. 988 do Estatuto Processual Civil/2015, limitou-se a registrar o julgado, o que é necessário para que ocorra o esgotamento das instâncias ordinárias.

No caso, a decisão embargada declarou, de plano, a incompetência desta Corte de justiça para apreciar e julgar a presente reclamação, que foi interposta com fulcro no art. 988, IV, do CPC/2015, contra acórdão da Terceira Turma

Recursal do Juizado Especial do Estado do Rio Grande do Sul, porque teria, em tese, desrespeitado a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada na Primeira Seção, em sede de recurso repetitivo (REsp 1.657.156/RJ – Tema 106).

Com efeito, a Corte Especial editou a Resolução 3 do Superior Tribunal de Justiça, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 08/04/2016, segundo a qual caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar reclamações destinadas a dirimir a divergência entre acórdão proferido por Turma Recursal estadual ou do Distrito Federal e a jurisprudência desta Corte quando o entendimento estiver consolidado em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes.

Em atenção ao disposto no art. 64, § 3º, do CPC/2015 ("caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente"), o *decisum* embargado determinou a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, com a respectiva baixa, para análise do pedido.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO. JUIZADO ESPECIAL. RESOLUÇÃO STJ 3/2016. COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A Corte Especial, no julgamento da questão de ordem suscitada no AgRg na Rcl 18.506/SP, aprovou proposta que resultou na publicação da Res. STJ nº 3/2016, delegando aos Tribunais de Justiça a competência para o processamento e julgamento de reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência desta Corte.

2. A presente reclamação foi autuada já na vigência da Res. STJ nº 3/2016, devendo, pois, ser remetida ao Tribunal de origem.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt na Rcl 37.221/MG, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/5/2019, DJe 31/5/2019).

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. HIPÓTESE DE CABIMENTO. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. A reclamação constitucional, proposta sob o pretexto de garantir a autoridade das decisões do Superior Tribunal de Justiça, destina-se a fazer cumprir decisão proferida em caso concreto que envolva as partes postas no litígio do qual é oriundo a reclamação.

2. Descaracterizada a hipótese de garantia da autoridade de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça não observada em um caso concreto de Juizado Especial, permanece hígida a decisão de remessa da reclamação ora em apreço ao Tribunal estadual competente com base no disposto no artigo 1º da Resolução nº 3/2016 - STJ/GP.

3. Agravo interno não provido. (AgInt na Rcl 37.987/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 10/10/2019).

Ilustrativamente, cito as seguintes decisões monocráticas: Rcl 039.736/MG, Relator Ministro MARCO BUZZI, 03/03/2020, e Rcl 039.535/PB, Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, 12/02/2020.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nessa quadra, da leitura das razões expostas no presente recurso, não se extrai nenhum indicativo de omissão ou contradição no julgado embargado, mas sim o manifesto inconformismo do embargante.

Por fim, advirto a parte recorrente de que a oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios pode ensejar a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015.

Diante do exposto, REJEITO os declaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator